

Aprendendo com Lula 1

» LUCIANO NAKABASHI

Doutor em economia e professor associado da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FEARP/USP)

No primeiro governo do presidente Lula, havia muita insegurança por parte de agentes do mercado sobre as políticas econômicas que seriam adotadas tanto pela falta de experiência em cargos públicos quanto pelo histórico de discursos de esquerda relacionados a uma maior intervenção do Estado na economia e descumprimento de contratos importantes, como o da dívida pública.

Para acalmar o mercado, o presidente escreveu uma carta aos brasileiros se comprometendo, entre outras coisas, a buscar o equilíbrio fiscal. Com o ministro Antonio Palocci no Ministério da Fazenda, o governo Lula 1 perseguiu metas de superávit primário que foram fundamentais para controlar a trajetória da dívida pública em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), o câmbio e a inflação e, dessa forma, lançar as bases para um período de crescimento sustentável. O país estava em um momento diferente do atual, com maior margem de manobra fiscal por parte do governo federal, assim como a "casa", herdada do seu antecessor, estava mais arrumada. Também foi um período de alta nos preços de commodities importantes para a economia brasileira, mas é inegável que os superávits primários elevados foram centrais no bom desempenho da economia brasileira com controle inflacionário.

A geração de superávits também é crucial atualmente, pois o controle da trajetória da

dívida pública em relação ao PIB é fundamental para a capacidade de pagamento dos títulos públicos e, dessa forma, para aumentar a confiança na economia brasileira e a consequente atração de investimentos. Quem estaria disposto a emprestar para alguém que se encontra com uma dívida crescente em relação à sua renda? O mesmo ocorre com os países, sendo que a questão fiscal tem sido um dos principais pontos fracos da economia brasileira desde o fim dos anos 70, com alguns períodos de exceção, como o já citado Lula 1.

Considerando a elevada carga tributária brasileira, o caminho óbvio é pelo controle dos gastos, algo que gera resistência por parte de vários integrantes do atual governo. Adicionalmente, com mais de 90% do orçamento do governo comprometido com despesas obrigatórias que crescem acima da inflação e até mesmo do PIB, o controle dos gastos públicos passa, necessariamente, por reformas econômicas, como a desvinculação de gastos com saúde e educação das receitas, por uma nova reforma previdenciária com foco na eliminação de privilégios e distorções e por uma reforma administrativa que priorize o ganho de eficiência na oferta de serviços públicos.

Certamente, os gastos são importantes para o bem-estar da sociedade, mas é preciso criar as condições para que isso ocorra de forma sustentável e, sobretudo, escolher aqueles que são mais

relevantes para o avanço da nossa economia e sociedade. O controle dos gastos públicos, gerando superávits primários a ponto de estabilizar e reduzir a dívida pública irá melhorar a saúde da economia brasileira, além de permitir taxas de juros mais baixas, sendo que ambos os efeitos elevam os investimentos produtivos, o que é fundamental para o crescimento da economia, a geração de renda e emprego, a redução da pobreza e o aumento da arrecadação fiscal, todos objetivos que o governo atual persegue.

O governo Lula 1 colheu esses benefícios, enquanto o governo de Dilma Rousseff trouxe um cenário econômico bastante negativo ao forçar os gastos públicos para estimular o crescimento, o que gerou aumento da dívida pública em relação ao PIB, inflação e uma das piores recessões enfrentadas pela economia brasileira. O governo Lula 3 deveria se inspirar nas políticas econômicas adotadas durante seu primeiro mandato, período marcado por prosperidade para a população brasileira, com aumento da renda dos mais pobres, redução da desigualdade de renda e da pobreza.

Insistir nos mesmos erros e olhar somente para os efeitos de curto prazo dos aumentos dos gastos públicos vai gerar os mesmos resultados de maior fragilidade econômica, inflação, desemprego e oportunidades perdidas — ou seja, piorando a situação econômica da população brasileira, sobretudo de sua parcela mais vulnerável.

Carlos Mathias, um protetor da arte

» JORGE ANTUNES

Maestro, compositor, membro da Academia Brasileira de Música

Na cama hospitalar, o pobre Qorpo Santo está deitado, amarrado pelos braços e pelas pernas. Ele está consciente e se debate tentando soltar-se. O quadro dantesco se passa na clínica do Dr. Eiras, também chamada Hospício Pedro II, no Rio de Janeiro. Ali, o jornalista e dramaturgo revolucionário foi internado depois de ser declarado monomaniaco e incapaz de gerir os próprios bens. O Dr. Fleury se aproxima do leito com uma máquina de choques elétricos nas mãos. Entrega o aparelho ao Dr. Medeiros Delfim. Começa a tortura com choques. Qorpo Santo grita e estrebucha várias vezes.

O acima relatado é uma cena de minha ópera *Qorpo Santo*, que aconteceu em estreia mundial, no palco da Sala Villa-Lobos do Teatro Nacional de Brasília, em dezembro de 1983. Os nomes que dei aos personagens torturadores eram bem conhecidos. Qualquer semelhança não era mera coincidência. O personagem Dr. Fleury se inspirava em Paulo Sérgio Paranhos Fleury, o delegado da Polícia Civil de São Paulo que era conhecido como o mais sanguinário agente da repressão. O ator que interpretava esse papel era Chico Expedito.

O personagem Dr. Medeiros Delfim encarnava duas figuras perversas: o tenente-coronel Octávio Aguiar Medeiros e o economista Delfim Netto. O primeiro, Medeiros, era o famoso torturador de presos nas dependências da 4ª Região Militar. O segundo, Dr. Delfim, era um dos signatários do AI-5, decreto que ampliou a perseguição e repressão contra a esquerda revolucionária. Medeiros Delfim era interpretado pelo baixo Zuinglio Faustini, que acumulava o papel de Satanás. Faustini contracenava brilhantemente com a soprano Martha Herr (Dona Ignácia) e o barítono Eládio Perez-Gonzalez (Qorpo Santo).

No primeiro ensaio, no fim de outubro de 1983, fiquei um pouco tenso porque, estando o teatro fechado, entraram e se sentaram nas primeiras fileiras o Dr. Carlos Fernando Mathias, então diretor-executivo da Fundação Cultural do Distrito Federal, e dois homens, também engratados, desconhecidos. Só 31 anos depois, em 2014, vim a entender o significado da presença daquele trio de engratados no ensaio fechado.

Saía eu do Sarah Brasilia, após sessão de turbilhão no pé acidentado, quando dei de cara com Carlos Mathias desembarcando de um carro, certamente para também ser atendido no hospital. Não nos víamos há décadas. Nos abraçamos e, em breve conversa sobre o passado, ele disse ter-me livrado da prisão e conseguido, com dificuldade, em 1983, a liberação da ópera *Qorpo Santo* da censura. Os milicos não gostaram de meus personagens Dr. Fleury e Dr. Medeiros Delfim. Carlos Mathias intercedeu convencendo os censores de que tudo se tratava de coincidência, concluindo minha defesa dizendo a eles: "Entendam! Isso é coisa de artista!".

Carlos Mathias morreu, aos 85 anos de idade, em 8 de maio passado. As diversas matérias jornalísticas sobre a morte e os diversos obituários trataram de enaltecer o grande magistrado que integrou o TRF-1, o TRE-DF e o STJ. Os articulistas ressaltaram os méritos do grande docente, as centenas de prêmios e títulos por ele recebidos e a enorme contribuição dada ao estudo do direito autoral. Mas todos se esqueceram de relembrar o fato de que ele foi o melhor gestor da área cultural local, quando foi diretor-executivo da Fundação Cultural do Distrito Federal, no fim dos anos de 1970 e no início da década seguinte.

Carlos Mathias, no período em que esteve à frente da Fundação Cultural, foi um incansável incentivador, apoiador e protetor da arte e dos artistas do DF. Muitas de suas ações eram veladas, desconhecidas da classe artística e do público, em trabalho de blindagem da arte nova e de jovens artistas contra a censura, mediando, em nosso favor, no trato com o regime militar. No período de sua gestão cultural, éramos felizes e não sabíamos.

Para apoiar e tornar exequível a montagem da ópera *Qorpo Santo*, Carlos Mathias não mediu esforços. Disponibilizou alguns milhões de cruzeiros, solicitou figurinos por empréstimo no Teatro Municipal de São Paulo, conseguiu apoio do BRB, da Telebrasília e do Inacen.

Realmente, éramos felizes e não sabíamos, pois, na Fundação Cultural, tínhamos uma marcenaria completa com profissionais qualificados, uma gráfica que imprimia, sem custos para artistas e produtores, todo material gráfico. Contávamos também com um time maravilhoso de costureiras e um rico acervo de figurinos, acessórios, chapéus e objetos de cena que eram usados nas memoráveis Temporadas Líricas do Teatro Nacional. Eram encenadas óperas do repertório tradicional, como *La Bohème* e *O barbeiro de Sevilha*, mas também óperas desconhecidas, como *Colombo de Carlos Gomes* e *A vingança da cigana de Leal Moreira*.

Imagino que o saudoso magistrado sofreu muito ao ver fechado, já por 10 anos, o Teatro Nacional, cuja construção ele ajudou a concluir em 1979.



G O M E Z

Patentes e o retrato da inovação no país

» ROGÉRIO REIS

Administrador, formado em ciências jurídicas e inventor dos totens de segurança Helper

Como estamos no cenário da inovação mundial? Essa é uma pergunta que deveria inquietar a todos. Atualmente, de 132 países, o Brasil ocupa o 49º lugar no Índice Global de Inovação (IGI), posicionando-se como o melhor da América Latina. O índice, que considera vários indicadores, como despesas em pesquisa e desenvolvimento e contratação de doutores, traz para a discussão um outro ponto muito importante: as solicitações de concessão de patentes.

Não tão difundido no Brasil, esse último recorte levanta um debate importante e essencial como forma de garantir avanço tecnológico e científico no país. Ou seja, é necessário reconhecer que a propriedade intelectual (PI) precisa estar regularmente na agenda do governo. Entre os institutos jurídicos da PI, a patente é a que traz mais contribuição para o desenvolvimento, pois incentiva investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação e permite que as empresas se tornem mais competitivas.

Nos Estados Unidos, por exemplo, país que tem um dos sistemas de patentes mais robustos, sofisticados e rápidos do mundo, operado pelo United States Patent and Trademark Office (USPTO), a legislação de patentes oferece uma

proteção forte para os inventores, permitindo a exclusividade de uso e comercialização da invenção por um período de 20 anos a partir da data de depósito. O sistema também é conhecido por ser flexível e adaptável às mudanças tecnológicas e de mercado. Além disso, a existência de tribunais especializados em disputas de patentes garante uma resolução eficiente e especializada dos conflitos, o que aumenta a segurança jurídica para os detentores de patentes.

Com isso, fica ainda mais evidente que é essencial darmos a devida importância e urgência para o incentivo ao desenvolvimento de patentes e, também, aos próprios pesquisadores no nosso país. A patente é uma forma de retribuição para aqueles que investem — seja dinheiro ou tempo — em pesquisas para realizar suas criações, além de ser uma proteção necessária para garantir a continuidade desses investimentos que demandam muitos recursos.

O que alguns enxergam como individualismo nada mais é do que proteção. É dessa forma que muitos empresários que têm o registro de suas invenções veem as patentes e toda a legislação em torno delas, e deveria ser a percepção da grande maioria. O sistema brasileiro, gerido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI),

enfrenta alguns desafios, incluindo uma lista expressiva de pedidos de patentes e um tempo médio de processamento longo, que pode superar sete anos. Em 2023, foram registrados 27.139 pedidos de patentes no Brasil, índice que se mantém estável desde 2018, quando foram realizadas 27.551 solicitações, segundo o INPI. A maior parte desses pedidos está relacionada a áreas como engenharia mecânica, química e elétrica.

É preciso reconhecer que o Brasil tem se esforçado para melhorar seu sistema com iniciativas que buscam reduzir o tempo de espera por meio de métodos mais eficientes de exame e cooperação internacional. Com esse cenário, conseguimos entender porque comercializar um produto inovador sem registro de patente é arriscado, deixando muitas vezes seu inventor vulnerável. Ou seja, a proteção legal permite a criação de ambientes propícios para o surgimento de novas soluções e avanços tecnológicos. Mas o principal ainda está em disseminar a informação de que a patente não é uma vilã. Ela incentiva a concorrência a encontrar alternativas tecnológicas ainda mais avançadas para conquistar o mercado, além de estimular o conhecimento de uma nova tecnologia que, se não fosse pela dedicação do autor em pesquisas, permaneceria inacessível.